



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
1ª VARA DO TRABALHO DE NOVA LIMA – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
MAURO CÉSAR SILVA**



**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 8.432, de 11-6-1992**

**Data da instalação: 16-12-1992**

**Data de implantação do PJe: 5-9-2012**

**Jurisdição: Nova Lima, Raposos e Rio Acima.**

**Edital de Correição divulgado no DEJT em 8-3-2021, p. 1/2.**



### ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 7-7-20

Às 13 horas do dia quinze de março de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP N° 54, de 29 de dezembro de 2020 na 1ª Vara do Trabalho de Nova Lima, situada na Rua Melo Viana, 277 – 2º andar, conforme ATO N° 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Titular da Vara, Dr. **Mauro César Silva**; o MM. Juiz do Trabalho Auxiliar, Dr. **Alfredo Massi**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Jéssica Soares Silva; e os servidores Ana Tereza Baeta Campomizzi, Camila Froeseler Ferreira, Clarissa de Moraes Araújo, Eduardo Luiz Pinto Viana, Eulália Cristini Dutra, Dilson Martins do Carmo, Gilberto de Almeida Soares, Luiz Gustavo Santos Vieira da Silva, Paulo Jacinto Machado, Rafaela Rubiale e Valério Augusto de Miranda Ferreira e a estagiária Mickaey de Souza Vilela.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

#### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 122 processos, distribuídos neste ano até o dia 8-3-2021, apurando-se a média de 3 processos por dia útil.

**1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 21 cartas precatórias, dentre elas 12 executórias, até o dia 8-3-2021, das quais 11 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

**1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 636 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 59 processos foram remetidos neste ano até o dia 8-3-2021.



**1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO** – Há 94 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, dentre eles 4 processos com excesso de prazo para prolação de sentença com carga para o Dr. Ednaldo da Silva Lima:

Processo	Data da conclusão
0010430/20	21-1-21
0010176/20	25-1-21
0010410/20	25-01-21
0010411/20	25-01-21

**1.5. CARGA PARA PERITOS** – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 42 processos com perícia designada, aguardando laudo.

**1.6. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constam 139 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 35 pendentes de cumprimento, no prazo.

**1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 125 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processo sobrestado já julgado, com incidente de Repercussão Geral, pelo STF.

Existe o processo 0010296-95.2020.5.03.0091 com lançamento não confirmado, devendo ser seguida a orientação do Nugep, conforme abaixo:

Orientação: confirmar o lançamento no sistema SJVPI, tendo em vista que o movimento no PJe corresponde ao comando judicial de sobrestamento pelo Tema 1046 da repercussão geral.

Seguir os procedimentos abaixo:

- 1) acessar a tela "Consulta/Valida Processos sobrestados" no sistema SJVPI, selecionando o filtro "Somente os não confirmados" na caixa "Mostrar sobrestamentos";
- 2) clicar em "Pesquisar" (ícone da lupa);
- 3) selecionar o processo indicado acima no campo "Sobrestamentos encontrados";
- 4) em seguida, clicar no botão "confirmar sobrestamento(s)".



Processos examinados na correição:

- 0010310/19, 0010213/20, 0010295/20, 0010393/19, 0010403/20, 0010546/20, 0010286/20, 0010573/20, 0010082/20 e 0011061/19: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau ([http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o\\_1%C2%BA\\_Grau](http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau)).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link [https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha\\_NUGEP.pdf](https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf)

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspenses-encerradas/suspenses-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

**1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO** – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Nova Lima - 01a Vara				
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	34,16	49,97	21,55	28,95	42,25

**1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -**

**FASE DE CONHECIMENTO** (de 1º-1-2021 até 8-3-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	189
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0



Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	212
Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	68

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados. 101

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	2	5
2017	9	4
2018	29	3
2019	72	2
2020	269	1
2021 – ano de referência	88	
<b>TOTAL</b>	<b>469</b>	<b>1,16</b>



Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de março até o dia 8-3):

Processo	Classe	Tarefa
0011282-88.2016.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011310-56.2016.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010295-18.2017.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando final do sobrestamento
0010336-31.2017.5.03.0011	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010685-85.2017.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010780-18.2017.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010820-97.2017.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011265-18.2017.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011634-27.2017.5.03.0183	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011649-39.2017.5.03.0007	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011813-43.2017.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010003-96.2018.5.03.0091	Ação Civil Pública	Aguardando prazo
0010070-61.2018.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010135-56.2018.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010179-75.2018.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010328-71.2018.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010342-55.2018.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010352-16.2018.5.03.0054	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010417-94.2018.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência



**0010468-08.2018.5.03.0091**      **Ação Trabalhista - Rito Ordinário**      **Aguardando final do sobrestamento**

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	500

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	118

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	6
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	884

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando	Saldo de processos do item 62 no final do	0



prolação de sentença	período de referência	
	Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	68

**I.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Nova Lima - 01a Vara				
	2016	2017	2018	2019	Meta 2020 (até 21/01/2021)
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	78,82	70,40	71,37	63,10	65,74

Existem 1.206 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 747 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 2 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 457 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 08/03/2021

No ano anterior, até dia 08/03/2020 - havia 1.094 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 861 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 233 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.



Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de março até o dia 8-3):

<b>Processo</b>	<b>Classe</b>	<b>Tarefa</b>
0000900-17.2008.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Andamento Cancelado
0043100-10.2006.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Processo Arquivado Provisoriamente
0010304-53.2012.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0011437-62.2014.5.03.0091	Execução Fiscal	Cumprimento de Providências
0010395-41.2015.5.03.0091	Execução Fiscal	Aguardando final do sobrestamento
0010385-02.2012.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010223-02.2015.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento de Providências
0010876-72.2013.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Prazos Vencidos
0011541-88.2013.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010782-90.2014.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Análise
0012073-62.2013.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0011189-96.2014.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	Cumprimento de Providências
0010293-53.2014.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010506-59.2014.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010308-85.2015.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0010259-15.2013.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0010656-06.2015.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0011212-76.2013.5.03.0091	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo



Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados) extraídos do sistema e-Gestão (dados apurados no mês de março até o dia 8-3):

	2020	2021
<b>01-JANEIRO</b>	3	79
<b>02-FEVEREIRO</b>	6	50
<b>03-MARÇO</b>	11	15
<b>04-ABRIL</b>	28	
<b>05-MAIO</b>	20	
<b>06-JUNHO</b>	15	
<b>07-JULHO</b>	20	
<b>08-AGOSTO</b>	16	
<b>09-SETEMBRO</b>	27	
<b>10-OUTUBRO</b>	30	
<b>11-NOVEMBRO</b>	34	
<b>12-DEZEMBRO</b>	14	
<b>Totais</b>	<b>224</b>	<b>144</b>

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
			1	1									1		
<b>ALFREDO MASSI</b>	3	3	10	25			16	5	17	29	14	37			
<b>EDNALDO DA SILVA LIMA</b>		3				14							36	50	15
<b>HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS</b>							2								
<b>HENRIQUE DE SOUZA MOTA</b>											5				
<b>HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA</b>								10							
<b>ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK</b>									5	13					
<b>LILIAN PIOVESAN PONSSONI</b>							4								
<b>MANUELA DUARTE BOSON SANTOS</b>							2								
<b>MAURO CESAR SILVA</b>				1			8		7				5		
<b>NARA DUARTE BARROSO CHAVES</b>							4								
<b>PEDRO MALLET KNEIPP</b>				1	20	1									
<b>Totais</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>26</b>	<b>20</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>16</b>	<b>27</b>	<b>30</b>	<b>34</b>	<b>14</b>	<b>79</b>	<b>50</b>	<b>15</b>



Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (dados apurados no mês de março até o dia 8-3):

	2020	2021
<b>01-JANEIRO</b>	31	
<b>02-FEVEREIRO</b>	32	1
<b>03-MARÇO</b>	18	
<b>05-MAIO</b>	1	
<b>06-JUNHO</b>	10	
<b>07-JULHO</b>	8	
<b>08-AGOSTO</b>	3	
<b>09-SETEMBRO</b>	5	
<b>10-OUTUBRO</b>	4	
<b>12-DEZEMBRO</b>	6	
<b>Totais</b>	118	1

**1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES:** de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 8-3-2021, existem 46 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
<b>Embargos de Declaração Pendentes</b>	8
<b>Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes</b>	25
<b>Tutelas Provisórias Pendentes</b>	13
<b>Total</b>	46

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto



à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 15-3-2021 havia 8 processos:

- a) procedimento sumaríssimo: 4 processos;
- b) instrução: 4 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010521/20, 00100091/21, 0010092/21, 0010387/20, 0010093/21, 0010028/21, 0010352/20 e 0010396/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 00100091/21, 0010092/21, 0010093/21 e 0010028/21: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

**2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.**

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 9-3-2021, 14 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 7 processos.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010120/21, 0010119/21, 0010072/21, 0010089/21, 0010109/21, 0010103/21, 0010090/21, 0010087/21, 0010088/21, 0010081/21, 0010310/19, 0010213/20, 0010295/20, 0010393/19, 0010403/20, 0010546/20, 0010286/20, 0010573/20, 0010082/20, 0011061/19, 0010012/21, 0010014/21, 0010023/21, 0010024/21, 0010041/21, 0010044/21, 0010417/20, 0010395/20, 0010394/20, 0010396/19, 0010506/20, 0010003/21, 0010778/20, 0010788/20, 0011070/19, 0010539/20, 0011104/19, 0010685/20, 0010413/20, 0010333/20, 0010713/20, 0010594/20, 0010716/20, 0011102/19, 0010475/20, 0010054/20, 0010813/19, 0011046/19, 0010084/20, 0010278/20, 0010633/20, 0010765/19, 0010211/20, 0010174/20, 0010686/20, 0010397/19, 0010378/20, 0012446/17, 0010729/20, 0010027/20, 0010766/20, 0010538/20, 0010201/20, 0010026/20, 0010703/20, 0010561/20, 0010632/20, 0010656/20, 0010724/20, 0010593/20, 0011085/19 e 0010267/18.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010012/21, 0010014/21, 0010023/21, 0010024/21, 0010041/21, 0010044/21 e 0010417/20: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.



Recomenda-se ao MM. juiz que profira sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

**2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 4 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0003512-20.2011.5.03.0091	Aguardando prazo
0010003-96.2018.5.03.0091	Aguardando prazo
0011323-89.2015.5.03.0091	Cumprimento de Providências
0160100-26.2009.5.03.0091	Cumprimento de Providências

**2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0010399-44.2016.5.03.0091	Aguardando apreciação pela instância superior
0010500-42.2020.5.03.0091	Aguardando prazo
0010548-06.2017.5.03.0091	Aguardando apreciação pela instância superior
0010618-18.2020.5.03.0091	Elaborar sentença
0010738-37.2015.5.03.0091	Conclusão ao magistrado
0011203-46.2015.5.03.0091	Assinar sentença
0011361-67.2016.5.03.0091	Elaborar sentença

### 3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	23	42	27
Instrução processo eletrônico	150	136	179

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.



Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	11	17	29-3-21 - 11 dias
Procedimento Ordinário	11	14	Adota 335 do CPC
Instrução	123	83	1º-9-21 - 120 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 8-3-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (104): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	70	105

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (105): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	49	167

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (106): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	13	3.857



Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	54	677
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	43	2.407
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	4	601

No ano 2020, apurou-se que, em 225 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2020	Média/dia útil
Julgados Procedentes	27	0,115
Julgados procedentes em parte	164	0,698
Julgados Improcedentes	49	0,209
Extintos com resolução de mérito	1	0,004
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com resolução de mérito</b>	241	1,026
Extintos sem resolução de mérito	13	0,055
Arquivamento	24	0,102
Desistência	38	0,162
Outras decisões sem resolução de mérito	20	0,085
<b>Total sem resolução de mérito</b>	95	0,404
<b>Decisões de conhecimento</b>	336	1,43
<b>Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração</b>	133	0,566



<b>Decisões na fase de execução</b>	99	0,421
<b>Total</b>	568	2,417

No ano atual, apurou-se que, até o dia 08/03/2021, com 40 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	5	0,125
Julgados procedentes em parte	8	0,2
Julgados improcedentes	4	0,1
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	<b>17</b>	<b>0,425</b>
Extintos sem resolução de mérito	3	0,075
Arquivamento	2	0,05
Desistência	5	0,125
Outras decisões sem resolução de mérito	5	0,125
<b>Total sem resolução de mérito</b>	<b>15</b>	<b>0,375</b>
<b>Decisões de conhecimento</b>	<b>32</b>	<b>0,8</b>
<b>Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração</b>	<b>29</b>	<b>0,725</b>
<b>Decisões na fase de execução</b>	<b>20</b>	<b>0,5</b>
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>2,025</b>

#### 4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Em fevereiro de 2021, com 17 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
<b>Conciliação em conhecimento</b>	5	0,294
<b>Conciliação em execução</b>	5	0,294
<b>*Encerramento de instrução</b>	2	0,118
<b>Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)</b>	0	0



<b>Inquirição de testemunha (juízo deprecado)</b>	2	0,118
<b>Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)</b>	42	2,471
<b>Una / Una (rito sumaríssimo)</b>	47	2,765
<b>Total</b>	101	6

\* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de fevereiro 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 25 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de março 2021 apurado até dia 8-3:

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
<b>01-JANEIRO</b>	15	4			2	
<b>02-FEVEREIRO</b>	31	25	6	2	2	1
<b>03-MARÇO</b>	23	8	2		1	
<b>04-ABRIL</b>			3		1	
<b>05-MAIO</b>	15		1		1	
<b>06-JUNHO</b>	14		5		1	
<b>07-JULHO</b>	21		3		2	
<b>08-AGOSTO</b>	17		2			
<b>09-SETEMBRO</b>	20		3		1	
<b>10-OUTUBRO</b>	18		2		2	
<b>11-NOVEMBRO</b>	24		3		1	
<b>12-DEZEMBRO</b>	15		2		1	
<b>Totais</b>	213	37	32	2	15	1



	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
ALFREDO MASSI	17	23	26	4				19	2	17	22	18			
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA											1				
EDNALDO DA SILVA LIMA		16				20	4						4	28	8
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS							1								
HENRIQUE DE SOUZA MOTA							1				5				
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA									3						
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK									11	5					
LILIAN PIOVESAN PONSSONI							1								
MAURO CESAR SILVA							4		8						
NARA DUARTE BARROSO CHAVES							15								
PEDRO MALLET KNEIPP					17										
<b>Totais</b>	<b>17</b>	<b>39</b>	<b>26</b>	<b>4</b>	<b>17</b>	<b>20</b>	<b>26</b>	<b>19</b>	<b>24</b>	<b>22</b>	<b>28</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>20</b>	<b>8</b>

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de março 2021 apurado até dia 8-3):

	2020	2021
<b>01-JANEIRO</b>	47	39
<b>02-FEVEREIRO</b>	121	101
<b>03-MARÇO</b>	98	40
<b>06-JUNHO</b>	29	
<b>07-JULHO</b>	90	
<b>08-AGOSTO</b>	82	
<b>09-SETEMBRO</b>	55	
<b>10-OUTUBRO</b>	73	
<b>11-NOVEMBRO</b>	143	
<b>12-DEZEMBRO</b>	86	
<b>Totais</b>	<b>824</b>	<b>180</b>



	2020/01	2020/02	2020/03	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
ALFREDO MASSI	47	94	98			82	3	68	103	86	1		
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS									2				
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA									10				
EDNALDO DA SILVA LIMA		26		29	4						38	101	52
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA									1				
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS					7				1				
HENRIQUE DE SOUZA MOTA					2				26				
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK							31	5					
LILIAN PIOVESAN PONSSONI					6								
MAURO CESAR SILVA					9		21						8
NARA DUARTE BARROSO CHAVES					62								
PRISCILA RAJAO COTA PACHECO		1											
<b>Totais</b>	<b>47</b>	<b>121</b>	<b>98</b>	<b>29</b>	<b>90</b>	<b>82</b>	<b>55</b>	<b>73</b>	<b>143</b>	<b>86</b>	<b>39</b>	<b>101</b>	<b>40</b>

Foram realizadas 64 audiências de 1º-3-2021 até o dia 11-3-2021 e designadas 80 de 15-3-2021 até do dia 31-3-2021. Em abril estão designadas 48 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de março 2021 apurado até dia 8-3):

	2020	2021
<b>01-JANEIRO</b>	60	13
<b>02-FEVEREIRO</b>	79	38
<b>03-MARÇO</b>	60	18
<b>04-ABRIL</b>	11	
<b>05-MAIO</b>	21	
<b>06-JUNHO</b>	22	
<b>07-JULHO</b>	53	
<b>08-AGOSTO</b>	34	
<b>09-SETEMBRO</b>	30	



<b>10-OUTUBRO</b>	38	
<b>11-NOVEMBRO</b>	80	
<b>12-DEZEMBRO</b>	56	
<b>Totais</b>	544	69

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03
ALFREDO MASSI	29	61	60	6				34	4	29	56	56	2		
AUGUSTO PESSOA DE MENDONÇA E ALVARENGA											4				
EDNALDO DA SILVA LIMA		14		4		21	13						7	36	17
HADMA CRISTINA MURTA CAMPOS							5								
HENRIQUE DE SOUZA MOTA							1				20				
HENRIQUE MACEDO DE OLIVEIRA									3						
ISABELLA SILVEIRA BARTOSCHIK	30									13	9				
LILIAN PIOVESAN PONSSONI							4								
MAURO CESAR SILVA				1			4		10				4		1
NARA DUARTE BARROSO CHAVES							26								
PEDRO MALLET KNEIPP	2	4			21	1									
<b>Totais</b>	60	79	60	11	21	22	53	34	30	30	80	56	13	38	18

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período - os despachos nos termos do artigo 203, § 4º, do CPC não são contabilizados (mês de março 2021 apurado até dia 8-3):

	2020	2021
<b>01-JANEIRO</b>	738	1050
<b>02-FEVEREIRO</b>	1127	1027
<b>03-MARÇO</b>	887	416
<b>04-ABRIL</b>	428	
<b>05-MAIO</b>	935	
<b>06-JUNHO</b>	1196	
<b>07-JULHO</b>	1158	
<b>08-AGOSTO</b>	1111	



<b>09-SETEMBRO</b>	1246	
<b>10-OUTUBRO</b>	1136	
<b>11-NOVEMBRO</b>	1233	
<b>12-DEZEMBRO</b>	875	
<b>Totais</b>	12070	2493

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h45min. O intervalo entre as audiências é de 25 minutos para as de procedimento sumaríssimo e de uma hora para as instruções. Para os processos do procedimento ordinário está sendo adotado o art. 335 do CPC.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Recomenda-se aos magistrados, quanto à residência, que cumpram a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenham o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

#### 5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

<b>Movimentação Anual de Processos</b>			
	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021 – até 8-3</b>
Processos recebidos	946	651	122
Média por dia útil	4,2	2,7	3
Processos remanescentes do ano anterior	381	307	476
Sentenças anuladas	14	4	0
<b>Total de processos para solução</b>	<b>1.341</b>	<b>962</b>	<b>598</b>
Processos solucionados	1.062	544	69



Processos conciliados	380	208	37
Produção	79,19%	56,55%	11,54%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 31,18% em relação ao número de processos recebidos no ano 2019. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 22,64%.

**5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST)** – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

**MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE:** (de 1º-1-2021 até 8-3-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	37
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	69

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	69
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	122



3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	115
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	124

**MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 8-3-2021)**

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	500
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	117

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	890
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	145

**MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 8-3-2021)**

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	117
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	145
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	12



2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	500
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	890
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	12

Perfil do Varão do Trabalho		Nova Lima - 01a Vara		
Indicadores / Período de referência	Ano 2019 01/01/2019 a 31/12/2019	1º trim 2020	2º trim 2020	3º trim 2020 01/10/2019 a 30/09/2020
		01/04/2019 a 31/03/2020	01/07/2019 a 30/06/2020	
I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,19	0,78	0,58	0,45
I02 - Pendentes	1.322	1.358	1.415	1.493
I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	3,23	0,00	0,00	0,00
I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	155,53	133,92	114,53	122,09
I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	93,47	101,02	103,82	117,78



	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.994,16	2.999,56	2.806,81	2.564,94
	I07 - Taxa de conciliação (%)	34,77	38,13	40,79	42,64
	I08 - Taxa de solução (%)	110,63	105,78	90,15	84,19
	I13 - Taxa de execução (%)	111,72	115,38	114,86	144,49
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	29,10	30,56	33,55	42,25
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	63,10	64,30	65,43	65,74
	I11 - Produtividade por servidor	122,33	118,75	106,67	91,25
	I12 - Pendentes por servidor	104,67	105,92	107,75	112,08
<b>Meso</b>	Acervo	0,50	0,27	0,26	0,26
	Celeridade	0,42	0,41	0,38	0,41
	Produtividade	0,62	0,62	0,65	0,63
	Congestionamento processual	0,59	0,60	0,60	0,61
	Força de trabalho	0,56	0,56	0,59	0,56
<b>Macro</b>	<b>IGEST</b>	<b>0,5360</b>	<b>0,4916</b>	<b>0,4949</b>	<b>0,4960</b>
	Posição IGEST	133	112	120	121
	Movimentação processual	1501 a 2000	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados extraídos em 05/08/2020)

Consultada a tabela do IGEST, disponível no e-Gestão, apurou-se, até que o índice seja retificado pelo TST, conforme demanda desta Corregedoria, que no período de referência, ano 2020, no mesoindicador por colocação, esta unidade está na 124ª posição.



## 6. ARRECADAÇÃO – Ano 2020

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valor pago aos reclamantes
R\$2.262.699,28	R\$441.681,97	R\$21.663.827,14

**7. PORTARIAS** – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, não há Portaria em vigor.

**8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

**9. DA SECRETARIA** – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.

## 10. Gestão Estratégica

**Meta 1 CNJ/2021:** Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 79,97% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 93,50% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 31-1-2021, o percentual alcançado foi de 26,67% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 62,32%.

**Meta 2 CNJ/2021:** Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

Os valores de 2020 e 2021 aguardam publicação pelos órgãos superiores.



**Meta 3 CNJ/2021:** Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 98,98% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 48,78%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 31-1-2021, o percentual alcançado foi de 78,07% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 90,68%.

**Meta 5 CNJ/2021:** Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 98,83%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, não tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 108,52% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

No ano 2021, até o dia 31-1-2021, o percentual alcançado foi de 85,67% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 100,97%.

**Meta 6 CNJ –** Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

**Meta 5 CSJT/2021:** Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 145 dias, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

No ano 2021, até o dia 31-1-21, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 144 dias, sendo de 173 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.



**Meta 11 CNJ/2021:** Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet esta unidade organizacional possui/não possui 7 processos migráveis.

**11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

**12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

#### **12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:**

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

#### **13. RECOMENDAÇÕES:**

##### **13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:**

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

##### **13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:**

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com



maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) as decisões proferidas no prazo do artigo 226, III, do CPC, sem a dilação de 48 horas a que se refere o artigo 851, §2º da CLT;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

5) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;

6) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

7) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

8) confirmado o lançamento no sistema SJVPI do processo 0010296-95.2020.5.03.0091, no Tema 1046;

9) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/ 2021**: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente; **Meta 5 CNJ – 2021**: Reduzir a taxa de congestionamento - Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%; tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2020;



10) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

11) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

12) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. [https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj\\_internet/acesso-restrito/](https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/) (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

13) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência;

14) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

15) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;

16) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

17) convocados todos os servidores da unidade judiciária a participarem dos cursos oferecidos pela Escola Judicial relacionados à utilização do PJe na gestão de vara, com vistas à necessária capacitação e ao constante aprimoramento dos serventuários para uma prestação



jurisdicional cada vez mais adequada. O secretário da vara deverá enviar à Corregedoria Regional a relação dos servidores que participarão dos eventos, com a respectiva comprovação de sua presença;

18) utilizada, pelo calculista lotado na unidade judiciária, a ferramenta PjeCalc. A secretária da vara deverá informar à Corregedoria, em 3 (três) meses, se a utilização da ferramenta foi implementada adequadamente;

19) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data aprazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

Determina a Excelentíssima Desembargadora Corregedora que o MM. Juiz Ednaldo da Silva Lima regularize os processos pendentes para sentença, no prazo de 10 dias corridos, devendo a Secretaria da Vara informar ao magistrado do prazo ora fixado. Após o prazo, deverá a Secretária da Vara certificar o cumprimento desta determinação oficiando à Corregedoria Regional.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

### **13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:**

A Corregedoria Regional verificou que não foi observada a seguinte recomendação, formulada naquela oportunidade:

1) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019.

A Corregedoria Regional reitera a observância da recomendação acima.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.



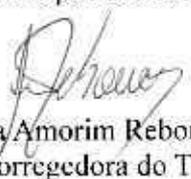
Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 15h30min do dia quinze de março de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 27, publicado no DJe 8-3-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.

  
Ana Maria Amorim Rebouças  
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO  
DE OLIVEIRA  
JUNIOR:30831138  
Mozart Secundino de Oliveira Júnior  
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria

Assinado de forma digital por  
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA  
JUNIOR:30831138  
Dados: 2021.03.15 16:04:58 -05'00'